

rebrip **Boletim!**

REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS

1

A **REBRIP** **ESTÁ COM** **UMA NOVA** **SECRETARIA!**

A pós a aprovação da mudança da Secretaria da REBRIP na última Assembleia Geral de Setembro de 2016, realizada em Cajamar, a transição da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para a Internacional de Serviços Públicos (ISP) foi efetuada com sucesso durante o começo de 2017!

Agora, o novo Secretário Executivo é Jocelio Drummond. O endereço, o secretário

e a comunicação externa mudaram, visando uma REBRIP mais ativa e próxima tanto dos membros como da sociedade civil nesse difícil contexto nacional e internacional.

Acompanhe as últimas novidades internas da REBRIP e sobre os temas que a Rede trabalha no nosso site atualizado, no novo Facebook ou na recém-criada lista de e-mails de membros e amigos da Rebrip.

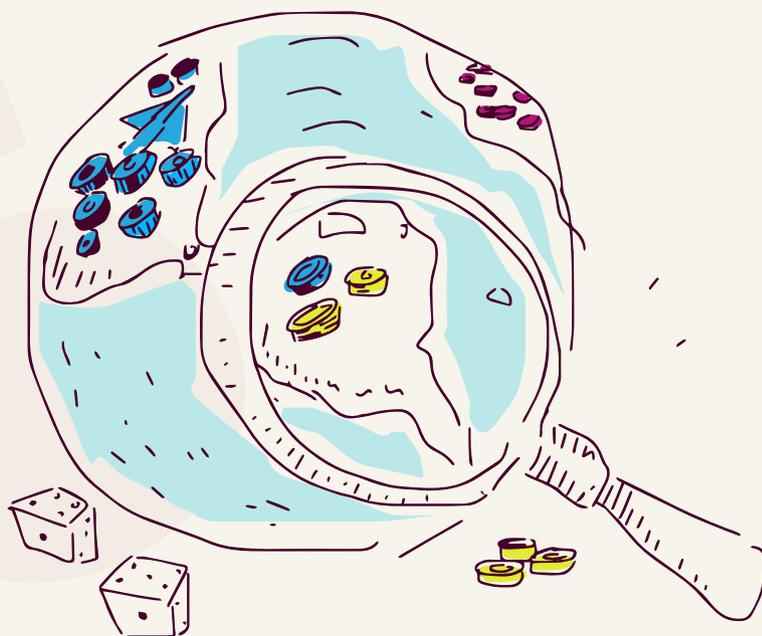
EM QUAL CONTEXTO

INTERNACIONAL ESTAMOS INSERIDOS HOJE?

POR ADHEMAR MINEIRO

O período mais recente da conjuntura internacional foi marcado por enormes incertezas estratégicas derivadas da posse do novo governo dos EUA. Sem conclusão até agora, pois existe resistência em relação a algumas indicações ministeriais ainda, o novo governo estadunidense marcou suas ações até aqui pela continuação de uma estratégia de confrontação iniciada no período pré-eleitoral, causadora de enormes turbulências.

Na área específica de relações comerciais, no primeiro dia útil de governo, Trump, através de decreto presidencial, retirou os EUA da Parceria Trans-Pacífico (conhecida pela sigla em inglês TPP). O TPP já estava negociado entre os países participantes e em fase de aprovação no nível nacional de cada um dos países, em geral nos Congressos nacionais. Assim, através dessa medida, os EUA inviabilizam o TPP tal qual negociado. Além disso, o Governo Trump anunciou que deverá proceder a uma revisão do NAFTA, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte,



que envolve EUA, Canadá e México desde o início dos anos 90.

O início do Governo Trump também foi marcado pela abertura de alguns contenciosos com os chineses, no campo comercial e geopolítico (em especial no tema das relações com Taiwan),

o que vem diminuindo ao longo do primeiro mês de governo.

Finalmente, existe um ponto forte de discussão na questão migratória, com a adoção de medidas de endurecimento em relação à migração de latino-americanos e muçulmanos, com questionamentos da sociedade civil, do judiciário e dos níveis subnacionais. Esse ponto deve se prolongar, sem que um norte conclusivo esteja apontado.

Duas dessas áreas de discussão mais dura incluem o México – migração e revisão do NAFTA, o que azedou ainda mais – junto com a quase folclórica discussão da construção de um muro entre os dois países – as relações entre os dois países. Esse fato abriu um espaço para uma aproximação do México em relação aos demais países da América Latina, espaço que a princípio surpreendeu de certa forma os governos locais, especialmente os novos conservadores recém-chegados ao poder, que haviam optado por políticas de aproximação com os EUA de forma subordinada, e não percebido que as posições do novo governo estadunidense abririam na prática de novos espaços de integração regional. Também, articulações como a Aliança do Pacífico, estruturadas para aproximar parceiros latino-americanos dos EUA, ficaram meio sem rumo com a guinada estadunidense. Será preciso acompanhar de perto os movimentos pragmáticos de aproximação na região que decorrerão dos espaços abertos pela mudança da política dos EUA.

Por sua vez, na Europa prevalecem incertezas estratégicas importantes, que dizem respeito por um lado a como se efetivará o processo de saída do Reino Unido da União Europeia (processo conhecido como “Brexit”, aprovado em plebiscito no Reino Unido no ano passado), e de outro, a processos eleitorais em países importantes do

núcleo da União Europeia ao longo do ano (Holanda, França e Alemanha). No caso da Alemanha, o processo eleitoral estará para acontecer quando a Alemanha sediará a reunião do G20, no meio do ano, e terá acabado de acontecer quando se instalar a COP, no fim do ano, o que acrescentará elementos de instabilidade nestes processos negociais.

Do ponto de vista da América do Sul, a Argentina sediará em dezembro a reunião ministerial da OMC, Organização Mundial do Comércio, que tem como Diretor Geral o brasileiro Roberto Azevêdo. Será interessante ver como os novos governos conservadores que hegemonizam o Mercosul se relacionarão com uma reunião que poderá estar tensionada pela política comercial dos EUA, que até aqui confronta os paradigmas clássicos do livre comércio e aponta para uma tentativa de dinâmica econômica mais endógena.

Neste quadro geral, a política externa e especialmente comercial do Governo Temer no Brasil viu seus horizontes de aproximação comercial e política com os EUA se estreitarem com a opção estadunidense por uma maior “autarquização”. Isso implica uma revisão dos parâmetros adotados até aqui, mas uma intensificação de aproximação com a União Europeia (que já vinha sendo buscada) e com a China (que vinha acontecendo sem maior protagonismo do governo brasileiro). Entretanto, esses movimentos vão esbarrar tanto na instabilidade europeia e seus processos eleitorais, quanto na possibilidade de um endurecimento da política dos EUA em relação à China, momento em que eventualmente o Brasil pode ser pressionado a ter que fazer uma opção sobre o tipo de relação com os EUA, o que claramente não é confortável e nem o desejo do atual governo brasileiro.

Autor de uma política
externa desastrosa,

SERRA SAI PELA PORTA DOS FUNDOS

POR GR-RI (Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais): JOSUÉ MEDEIROS, GONZALO BERRÓN E LYS RIBEIRO.

PUBLICADO ORIGINALMENTE NA VERSÃO ONLINE DA REVISTA CARTA CAPITAL DIA 24/02/2017

Menos de um ano após tomar a frente do Ministério das Relações Exteriores, José Serra pediu exoneração do cargo na noite desta quarta-feira 22 a Michel Temer, devido a problemas de saúde.

Para além dos motivos alegados, o timing do pedido de demissão revela as dificuldades e erros na formulação e implementação da chamada Nova Política Externa Brasileira, cujas diretrizes anunciara quando tomou posse como Chanceler em maio do ano passado.

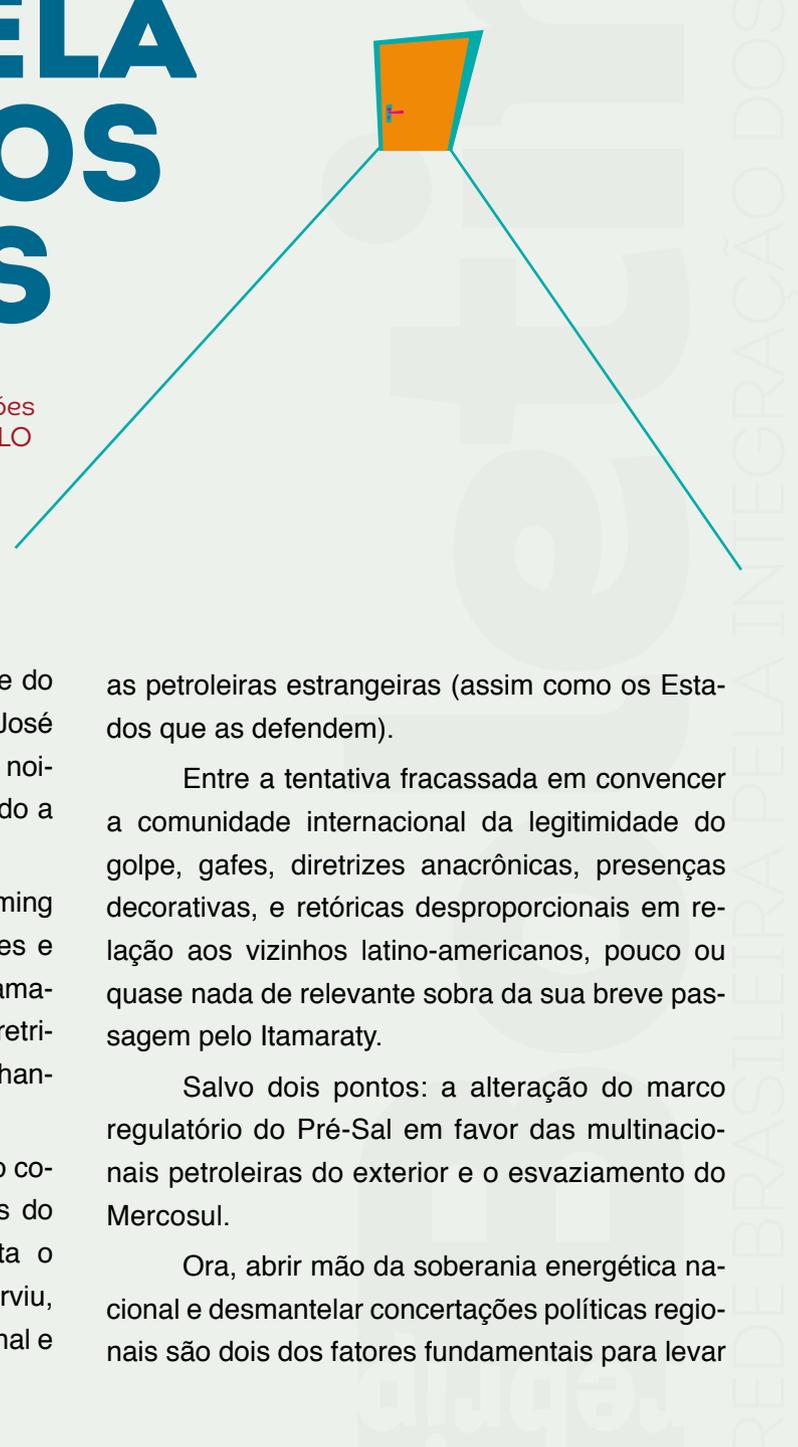
Ao mesmo tempo em que este fracasso coloca em risco até as ambições presidenciais do agora senador Serra (PSDB-SP), apresenta o lado selvagem das pessoas para quem ele serviu, e serviu bem: os inimigos da integração regional e

as petroleiras estrangeiras (assim como os Estados que as defendem).

Entre a tentativa fracassada em convencer a comunidade internacional da legitimidade do golpe, gafes, diretrizes anacrônicas, presenças decorativas, e retóricas desproporcionais em relação aos vizinhos latino-americanos, pouco ou quase nada de relevante sobra da sua breve passagem pelo Itamaraty.

Salvo dois pontos: a alteração do marco regulatório do Pré-Sal em favor das multinacionais petroleiras do exterior e o esvaziamento do Mercosul.

Ora, abrir mão da soberania energética nacional e dismantelar concertações políticas regionais são dois dos fatores fundamentais para levar



a cabo uma política externa submissa, cujo pano de fundo é sempre a proposital ignorância de centro e periferia nas relações globais, bem como a posição do Brasil neste certame.

Para contento dos saudosos de Carlos Lacerda, Serra prestou aos capitais internacionais o maior serviço jamais imaginado ao formular e incentivar a votação favorável do projeto de Lei 4567/16, que modificou definitivamente a Lei de Partilha do Pré-Sal, incorrendo em enormes prejuízos para o País.

Não é difícil encontrar nessa dádiva a origem da blindagem midiática e jurídica que beneficiou o ex-chanceler não obstante as revelações obtidas através dos acordos de delação premiada firmados com executivos da Odebrecht, que apontam o recebimento de R\$23 milhões de reais para o caixa 2 da sua campanha presidencial de 2010.

Isto para não falar da extensa lista de irregularidades e práticas contra a coisa pública que implicam Serra desde, pelo menos, a década de 1990. Serra não apenas se manteve de forma imperturbável no cargo, como sequer deu maiores explicações a respeito das denúncias.

A questão do impedimento à presidência pro tempore venezuelana em conluio com Paraguai e Argentina, e a tentativa de expulsão do país caribenhos do bloco é capítulo à parte no qual José Serra logrou ampliar o golpe para o âmbito regional.

Ao refutar o aprofundamento da integração regional como meio de fortalecimento das nações constituintes do bloco em relação ao resto do mundo, nos moldes da Política Externa Ativa e Altiva do saudoso chanceler Celso Amorim e, sem condições de promover uma abertura comercial absoluta como previa o visionarismo míope do “quarteto” Temer/Serra e Macri/Malcorra, em tempos de recrudescimentos nacionalistas e protecio-

nistas, o resultado é um Mercado Comum do Sul paralisado e cada vez mais irrelevante no cenário internacional.

No sentido de desfavor à diplomacia brasileira e desenvolvimento do País, Serra serviu enquanto serviu e cumpriu suas promessas em relação às elites internacionais. Oxalá não teve tempo para finalizar as tratativas para entregar também a base de Alcântara e o espaço aéreo brasileiro, mas encaminhou.

Dentre gafes cometidas nas suas viagens à Europa e América Latina, cumpriu à risca o que o mentor seu antigo mentor FHC pedira: esqueceu a diferença entre centro e periferia.

Um deslize, no entanto, foi mais caro ao senador tucano: o indiscreto comentário sobre um possível êxito republicano na corrida presidencial dos Estados Unidos. Ao afrontar Trump, qualificando sua possível vitória como desastre, infringiu a regra plúmbea que distingue centro e periferia.

Foi, portanto, descartado, apesar dos imensos serviços prestados, como fora antes o ex-Deputado Eduardo Cunha: ambos serviram enquanto serviram.

A elite “criolla” não poderia aceitar o tapa na cara que foi o silêncio de Trump após a posse, nem uma ligação telefônica sequer ao golpista mor depois de mais de um mês de mandato, marginalizando ainda mais o Brasil do golpe e estragando o plano da estratégia pífia de Serra, que, segundo ele, deveria nos levar para a mesa dos senhores.

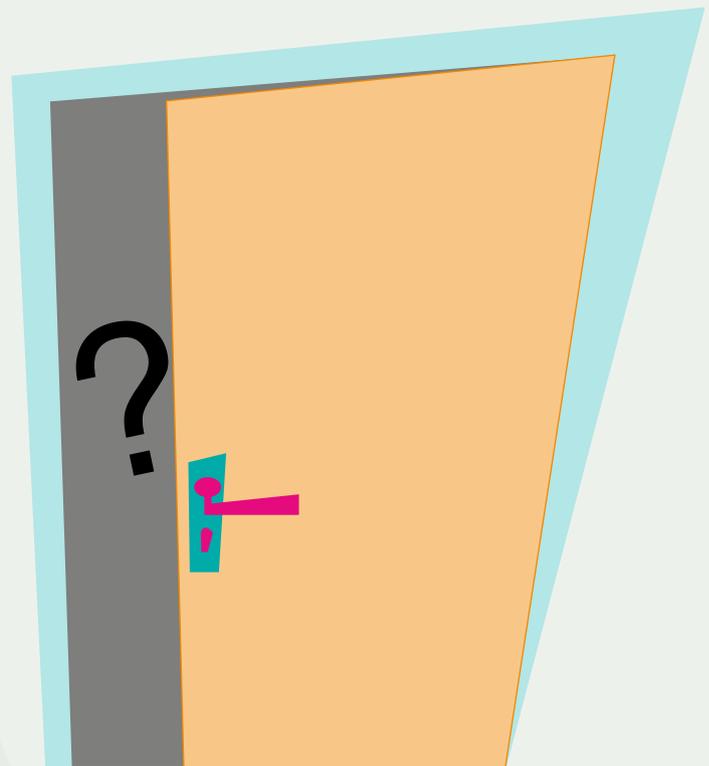
Nessa última semana a Casa Branca alegou “problemas de agenda”, o que sabemos, é uma das piores humilhações que podem existir nos códigos da diplomacia. Sendo assim, serviu enquanto serviu. Que a elite “criolla” aprenda: Washington não acredita em lágrimas.

Assim como o golpe que a pariu, a gestão de Serra à frente do Itamaraty foi marcada por atitudes que nunca seriam eleitas pela maioria da população brasileira, e sim eram reflexos de conchavos e grandes interesses que regem a maior parte do sistema político tradicional brasileiro que conhecemos, assumido sem pudores pelos atuais governistas.

Escolhas como a de abrir mão do Pré-Sal, originalmente pensado como fonte de um fundo financiador da educação e saúde de nossas futuras gerações; ou por jogar contra a integração latino-americana, princípio constitucional de nossa política externa, são mais uns entre os infinitos sinais que escancaram o breve e triste governo Temer.

A demissão de Serra, no entanto, é motivo de apreensão. O que virá após o fim da desastrosa política externa transilvânica será certamente mais desastre se considerarmos os nomes cotados para sua substituição na pasta.

Todos eles parecem extraídos de quadros da UDN: Sérgio Amaral, Marcos Galvão, Rubens Barbosa, Aloysio Nunes, José Aníbal e Tasso Jereissati. Serra pode até estar ausente da liderança na formulação e aplicação da política externa brasileira, mas com candidatos como os citados, o vampirismo deverá prosseguir e indubitavelmente continuaremos a presenciar tempos sombrios para a diplomacia brasileira.



Seja quais forem os motivos da saída e qual for o novo chanceler, os requisitos que fundaram a situação em que hoje nos encontramos continuarão aprofundando o abismo entre a política oligárquica, violenta, entreguista, precarizadora e as vontades de um povo cada vez mais indignado com a situação em que nos encontramos.

FIQUE POR DENTRO DA REBRIP!

Nesta seção você encontra mais informações sobre os Grupos de Trabalho (GT's) da REBRIP, agenda e informes em geral.

Reunião de coordenação da REBRIP!

Nos dias 1 e 2 de Fevereiro a Coordenação da REBRIP se reuniu em São Paulo para debater o plano de ação e prioridades políticas para 2017. A reunião ocorreu depois dos encontros do GTs de Justiça Fiscal e Finanças, que aconteceram no mesmo local ao longo dia 31 de Janeiro.

Além do planejamento para 2017, a reunião de Coordenação consolidou a transição da secretaria da Rede, que passou da CUT para a Internacional de Serviços Públicos (ISP), e deu início a um novo período da comunicação da REBRIP, aprovado por unanimidade na reunião. Dando início a nova comunicação da Rede, o Facebook e o Site já estão no ar, com as últimas novidades da Rede. Também, reativamos o Mailing de e-mails de amigos e membros da REBRIP, com o intuito de compartilhar informações, atualizar dos últimos acontecimentos e melhorar o diálogo entre a rede e seus membros.

Outros temas abordados foram questões de organização interna da REBRIP, financiamento para projetos no próximo período, planos para expansão qualitativa, planos para desenvolver formação em conjunto, construção de uma nova comunicação externa da rede e informes do andamento do trabalho de cada Grupo de Trabalho (GT): Finanças, Justiça Fiscal, Gênero, Transnacionais e Direitos Humanos e Propriedade Intelectual.

Principais eventos de 2017 para monitoramento REBRIP:

- 1• **Avanço na elaboração do novo banco dos BRICS, o NDB. (Nova Déli, 31 março a 4 de Abril);**
- 2• **Cúpula do G20 (Hamburgo, 7 e 8 de julho);**
- 3• **Cúpulas do BRICS (Xiamen, China, Setembro);**

FIQUE POR DENTRO DA REBRIP!

- 4• IFIs (Instituições Financeiras Internacionais) – sessões de primavera (Washington, 21 a 23 de abril) e outono (Indonésia, outubro);
- 5• COP 23 (Bonn, Alemanha, 6 a 17 de novembro);
- 6• Conferência Ministerial OMC (Buenos Aires, 11 a 14 de dezembro);
- 7• Reuniões sobre o Tratado de Livre Comércio entre União Europeia – Mercosul;
- 8• Possibilidade de acordos bilaterais do Brasil com EUA, China e outros países.
- 9• No Brasil, acompanhar e ajudar principalmente nas lutas sobre o avanço das PPPs, congelamento dos gastos públicos (PEC 55), reforma tributária, da previdência, trabalhista entre outras reformas em curso ou propostas.

GT Empresas transnacionais e Direitos Humanos

O debate sobre direitos humanos e empresas no Brasil continua sendo problemático. Segundo informe de servidores da Secretaria de Direitos Humanos, a falta de continuidade das gestões – em 3 anos mudaram 6 vezes de Secretário/Ministro – tem dificultado o trabalho geral da Secretaria. A isto se soma a ausência de legitimidade das atuais autoridades, nomeadas pelo governo Temer. Flavia Piovesan manifestou a vontade de criar um grupo de trabalho no seio

da Secretaria para avançar em uma política sobre esse tema, com foco no Plano Nacional de Ação. Ao mesmo tempo em que avalia a continuidade de um “estudo base” em parceria com a FGV, aceitou a parceria com a União Europeia que ofereceu fundos para a contratação de um consultor – Marcelo Linguitte – especialista em responsabilidade social corporativa. A Secretaria, ao mesmo tempo disse que continuaria, junto ao Itamaraty, a política de acompanhamento do Grupo Intergovernamental para um Tratado em direitos humanos e empresas da ONU (OEIGWG, em inglês).

A REBRIP e aliados que fazem uma abordagem crítica dos NAPs, ao mesmo tempo em que questionam a legitimidade do governo, tem desenvolvido um diálogo frutífero com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que em 2016 criou um grupo de trabalho específico para lidar com esse tema. Em 2017, e fruto dessa parceria, está sendo planejada a realização

FIQUE POR DENTRO DA REBRIP!



de uma Audiência Pública, chamada pela PFDC, para discutir uma política de direitos humanos e empresas para o Brasil. O grupo planeja uma reunião de trabalho em 30 de março próximo que coincidirá com o lançamento/debate do livro “Direitos Humanos e Empresas: o estado da arte do Direito Brasileiro”, às 14hs na Faculdade de Direito da USP, Largo de São Francisco.

No começo de março, em Genebra, a presidência do OEIGWG apresentou o relatório da

segunda sessão (de outubro/2016), que prepara o caminho para a terceira e última desse primeiro ciclo, em 23 a 26 de outubro próximo. Um documento base para a negociação será posto para o debate em junho. A sociedade civil – Aliança do Tratado e Campanha para Desmantelar o poder Corporativo – se prepara para mais uma semana de mobilização que garanta a continuidade do processo e o começo da negociação do tratado, depois dessa primeira etapa de exploração do tema.

Relato GT Finanças

A criação do GT Finanças, instituído formalmente em setembro de 2016 na Assembléia da Rebrip, advém do entendimento das entidades-membro da rede sobre a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os financiamentos internacionais e seus impactos no Brasil. Para tanto, decidiu-se na primeira reunião do GT, em janeiro de 2017, que os eixos temáticos básicos serão as instituições e mecanismos de políticas financeiras internacionais e os acordos comerciais e de investimentos. Dentre esses focos, estariam as chamadas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), os BRICS, principalmente por meio de seu recém-criado banco de desenvolvimento, o BNDES e a própria agenda internacional definida pelo G-20.

Ao mesmo tempo, as mudanças recentes no plano global colocam desafios sobre nossos posicionamentos frente aos acordos internacionais. Em parte porque o modelo tradicional (ou mesmo as novas instituições) não devem se manifestar da mesma forma que no passado em temas sensíveis como as “condicionalidades” e, por outro lado, mesmo os novos acordos de investimento e comércio podem ser afetados pela turbulenta conjuntura internacional.

Claramente, dentro dessa realidade, pensar em uma agenda para dois ou três anos não é tarefa trivial. Concomitantemente, a agenda de cada instituição isoladamente deve alimentar a agenda do GT Finanças e da Rebrip como um todo. Neste sentido, enquanto o Ibase tem centrado seus esforços na discussão sobre Parcerias Público-Privadas e como estas se inserem dentro de uma agenda internacional mais ampla, o Inesc vem articulando projetos de capacitação e

FIQUE POR DENTRO DA REBRIP!

monitorando as IFIs, enquanto a Conectas está inserido nas discussões sobre NDB (Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS) e os Direitos Humanos etc.

Abre-se assim um leque de possibilidades sobre como a Rebrip pode produzir materiais temáticos a partir dos desdobramentos de ações, seminários, etc. Neste sentido, algumas atividades e seminários temáticos já estão ocorrendo

além de discussões no âmbito internacional. Em março, haverá uma discussão preliminar sobre o encontro anual da OMC, na Argentina; no início de abril, haverá a reunião anual do NDB, na Índia e os chamados Spring Meetings do Banco Mundial e do FMI, em Washington. Em todos esses eventos, membros do GT comparecerão e deverão trazer elementos para fortalecer a capacidade de luta da Rebrip como um todo.

GT Gênero

Nesse último período, o GT Gênero participou em Nova Iorque das reuniões do BRICS Feminist Watch, em ocasião da reunião da UN-CSW (United Nations Conference on the Status of Woman) pela Eliminação de todas as formas de violência contra a mulher. O BRICS Feminist Watch é uma coalizão de organizações feministas provenientes de Brasil, África do Sul, Índia, China e Rússia que luta para a inclusão da perspectiva de gênero dentro das políticas elaboradas pelo BRICS. O encontro “Emerging Economies and Women’s Economic Empowerment: Feminist Analysis of BRICS” ocorreu no dia 16 de Março. O GT Gênero esteve representado pelo Instituto Equit.

Segue também a imagem do convite do Instituto EQUIT para participar do Seminário “Diálogos difíceis, diálogos possíveis: questões dos feminismos contemporâneos” que buscará debater

temas do Eco feminismo, da Economia Feminista e da Economia dos cuidados. O mesmo será realizado na cidade do Rio de Janeiro nos dias 28-30 de Março próximo.

Depois do sucesso que obtivemos nas manifestações pelo país afora no último dia 08 de Março, estamos muito animadas para debatermos questões atuais que desafiam os feminismos, e especialmente instalar mais profundamente os temas da Justiça socioambiental e da crítica ao modelo extrativista e exportador vigente, no marco do capitalismo globalmente financeirizado. Pretendemos em parceria com a REBRIP e com a AMB, construir coletivamente parte das estratégias que possam nortear nossa ação no Brasil e no mundo.

Temos muitos desafios pela frente e por isso, desejamos que o Seminário nos ajude a nós fortalecer como movimento de mulheres.

**FIQUE POR
DENTRO DA
REBRIP!**



BRICS FEMINIST WATCH INVITES

**EMERGING ECONOMIES AND
WOMEN'S ECONOMIC EMPOWERMENT:
FEMINIST ANALYSIS FROM BRICS**

MARCH 16TH • 12:30PM

SALVATION ARMY | 221 E 52nd Street - New York

RSVP • by March 09th • isadora@gip.net.br

HOSTS:



SUPPORT:



FIQUE POR DENTRO DA REBRIP!

**Diálogos difíceis, diálogos possíveis:
questões contemporâneas dos feminismos**

**TRANSMISSÃO DO SEMINÁRIO
ONLINE AO VIVO**

De 28 a 30 de março 2017

Depois do sucesso das manifestações realizadas pelo país afora no último dia 08 de Março, estamos muito animadas para debater as questões atuais que desafiam os feminismos, e especialmente, instalar no movimento de mulheres os temas da Justiça socioambiental e da crítica ao modelo econômico vigente. Pretendemos também construir coletivamente algumas estratégias que permitam nortear a ação feminista no Brasil e no mundo.



CONFIRA A PROGRAMAÇÃO EM:

<http://www.equit.org.br/novo/?p=1873>

ASSISTA AOS DEBATES AO VIVO EM:

<https://www.youtube.com/user/institutoequit/live>

organização



parceiras



Apoiam



Relato GT de Justiça Fiscal

Janeiro/2017

No dia 31 de janeiro foi realizada a **Reunião de Planejamento Anual**: cada entidade membro apresentou suas prioridades de atividades para o ano, e decidiu-se pelas atividades que serão conjuntas dentro do GT.

Para a promoção da Justiça Fiscal, pelo lado das Receitas, nacionalmente trabalharemos por: uma reforma tributária justa; maior transparência dos gastos tributários; maior controle da sonegação fiscal e da dívida ativa. Internacionalmente, pelo fim dos paraísos fiscais e maior controle dos preços de transferência e das operações com paraísos fiscais; Reforma Tributária Internacional com criação de um organismo na ONU para todos os países; novo documento do ICRICT será utilizado para planejamento de ações referentes a benefícios tributários e guerra fiscal entre países.

FIQUE POR DENTRO DA REBRIP!

Pelo lado das Despesas, nacionalmente trabalharemos para: legitimar a cobrança dos tributos com as ações para que as despesas sejam com serviços públicos e promoção de direitos; questionar a alta taxa de juros e a grande porcentagem das despesas na União para pagar juros; auditoria cidadã da dívida; rever mecanismos de endividamento – swaps cambiais; avaliar os efeitos da austeridade (EC95) nos direitos humanos e lutar para que caia. Tirar o teto das despesas primárias e/ou colocar teto nas despesas financeiras. Internacionalmente, com relação à dívida pública, avaliar a situação de Porto Rico e o exemplo da Islândia como alternativa; realizar a defesa dos trabalhadores que denunciam fraudes e corrupção.

Fevereiro/2017

Nos dias 13 e 14 a REBRIP esteve presente na atividade internacional “Hacia una agenda fiscal internacional basada em los derechos y la igualdad: Por el fin de los paraísos fiscales y por um organismo tributario intergubernamental em la ONU”, realizado em Quito, em conjunto pela Latindadd, a campanha “Que las transnacionales paguen lo justo”, a Financial Transparency Coalition, UNCTAD, Red de Justicia Fiscal de América Latina y el Caribe e o Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana do Equador.

Março/2017

Participação da **Semana de Ação Global por justiça fiscal e direitos das mulhe-**

res da Campanha “multinacionais paguem o justo”, em parceria com a Global Alliance for Tax Justice e a Red de Justicia Fiscal da América Latina y Caribe. Foram produzidos textos, materiais para redes sociais e o protocolo de Carta - junto ao governo brasileiro para sua atuação durante a seção 61^a da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher a ser realizada em Nova Iorque, de 13 a 24 de março de 2017, na Organização das Nações Unidas (ONU), denominada “O Empoderamento Econômico das Mulheres nas mudanças do Mundo do Trabalho” - com as seguintes recomendações:

- 1• A criação de um organismo intergovernamental na ONU, que regule a questão fiscal e tributária em âmbito global e permita a nossos países mobilizar recursos internos em benefício de uma sustentabilidade fiscal que permita gerar emprego e outorgar bens e serviços públicos de qualidade;
- 2• A promoção de sistemas tributários progressivos, que beneficiem as mulheres como sujeitos econômicos através do trabalho remunerado no setor formal e informal, e na economia do cuidado.
- 3• O uso eficaz e distribuição justa dos recursos fiscais na execução e monitoramento de orçamentos sensíveis a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

**FIQUE POR
DENTRO DA
REBRIP!**

Relato GT Propriedade Intelectual

Dezembro

GTPI participa da Reunião “Estratégias contra a Hepatite C na América do Sul”

A reunião, convocada por Unasul, Isags, South Center e DNDi, foi aberta com Ernesto Samper, secretário geral da Unasul e ex-presidente da Colômbia. A participação do GTPI foi na mesa “liderança da sociedade civil na oposição a patente do sofosbuvir”. Representando o GTPI, Pedro Villardi afirmou que “derrotar a patente do sofosbuvir é fundamental para garantir o acesso universal a cura da Hepatite, especialmente em um contexto de congelamento dos gastos em saúde pelos próximos 20 anos”.

GTPI denuncia o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos/OEA

O GTPI denunciou o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA) em 06/12 devido PEC 55/2016. Representada pelo coordenador de projetos Juan Carlos Raxach, a ABIA/GTPI expôs a situação

do acesso a medicamentos no Brasil e abordou os impactos negativos caso a PEC 55/2016 fosse aprovada. A PEC 55 foi apresentada como uma ameaça à sustentabilidade do SUS, colocando em risco os direitos fundamentais à saúde e à vida.

Janeiro

INPI rejeita pedido de patente do Truvada no Brasil

Após argumentos da ABIA/GTPI sobre a falta de atividade inventiva, foi indeferido o pedido de patente para o Truvada feito pela empresa Gilead Sciences.

GTPI atua em defesa do acesso aos medicamentos

O GTPI reuniu-se com o Ministério Público Federal (MPF), em Brasília, no dia 19/01 para tratar sobre a ação coletiva feita pela INTERFARMA contra a ANVISA e o INPI. Também em janeiro, o GTPI enviou sua contribuição para o Comentário Geral sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de Empresas do Comitê DESC, da ONU. O documento, feito em parceria com Conectas e Centro de Empresas e Direitos Humanos (Homa) da UFJF, enviado para Genebra, no dia 20/01, teve como base os avanços do Painel de Alto Nível sobre

FIQUE POR DENTRO DA REBRIP!

Acesso a Medicamentos e as Diretrizes em Direitos Humanos para Empresas Farmacêuticas da Relatoria de Saúde da ONU.

Fevereiro

GTPI pressiona no Dia de Ação Global contra a Desumanidade da Roche

O GTPI participou do evento que aconteceu simultaneamente em vários países no dia 07/02. O protesto foi organizado por mulheres que vivem com câncer na África do Sul contra a multinacional suíça Roche pelos preços abusivos no medicamento usado para o tratamento do câncer de mama. A ABIA e outras organizações do mundo assinaram uma carta de protesto enviada à Roche.

MARÇO

GTPI participa de debate na ONU sobre recomendações do Painel de Alto Nível sobre Acesso a Medicamentos

O Conselho de Direitos Humanos realizou no 08/03 uma mesa redonda para debater boas práticas e principais desafios relevantes ao acesso a medicamentos como um dos elementos fundamentais do direito à saúde. O GTPI, representado pelo representante da Conectas em Genebra, participou da sessão. O GTPI também denunciou o caso da anuência prévia da ANVISA, o qual está sendo atacado, e pediu recomendações de como proteger flexibilidades do acordo TRIPS que permitem o acesso a saúde.

O Facebook da Rebrip está no de Cara Nova



Rua Barão de Itapetininga,
2º Andar Sala 2,
01042-001, República,
São Paulo SP

sec@rebrip.org.br

@REBRIP

@REBRIP

APOIO



OXFAM
Brasil